

A imprensa no Portugal Liberal e o “debate” sobre a emigração

Domingos Alves Caeiro

Em 1820, a imprensa portuguesa encontrava-se numa situação de profunda crise. O regime liberal, que se instalara no país no ano anterior, não tinha conseguido estabelecer uma política consistente em relação à imprensa. O resultado foi uma situação de confusão e de insegurança para os jornalistas e para os leitores.

Esta situação levou a uma série de medidas tomadas pelo governo liberal, que visavam a regulamentação da imprensa. No entanto, estas medidas não foram suficientes para resolver os problemas da imprensa portuguesa, que continuou a sofrer de uma situação de crise.

Apesar das medidas tomadas pelo governo, a imprensa portuguesa continuou a sofrer de uma situação de crise. O resultado foi uma situação de confusão e de insegurança para os jornalistas e para os leitores.

Esta situação levou a uma série de medidas tomadas pelo governo liberal, que visavam a regulamentação da imprensa. No entanto, estas medidas não foram suficientes para resolver os problemas da imprensa portuguesa, que continuou a sofrer de uma situação de crise.

Apesar das medidas tomadas pelo governo, a imprensa portuguesa continuou a sofrer de uma situação de crise. O resultado foi uma situação de confusão e de insegurança para os jornalistas e para os leitores.



[...] O indivíduo, que abrange o bem geral duma sociedade, vem a ser o membro mais distincto della: as luzes, que elle espalha, tiram das trevas, ou da illusão, aquelles, que a ignorância precipitou no labyrintho da apathia, da ineptia, e do engano. Ninguém mais útil pois do que aquelle que se destina a mostrar, com evidencia, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do futuro. Tal tem sido o trabalho dos redactores das folhas publicas, quando estes, munidos de uma critica saã, e de uma censura adequada, representam os factos do momento, as reflexoens sobre o passado, e as soldidas conjecturas sobre o futuro. [...]

Hipólito da Costa, *Correio Braziliense*, Junho de 1808¹

Estamos conscientes que num país onde ainda pouco se sabe da história da imprensa, é um pouco ousado entrar nestas áreas, movimentamo-nos em terrenos movediços, pois faltam muitas fontes documentais directas.

Na historiografia tradicional identificada como historicista, a imprensa aparecia em geral como fonte privilegiada na medida em que era vista como portadora dos “factos” e da “verdade”. Em seguida, com a renovação dos estudos históricos e a ênfase numa abordagem que privilegiava o socio-económico, a imprensa passou a ser relegada para uma condição subalterna, pois seria apenas o “reflexo” superficial de ideias que, por sua vez, eram subordinadas estritamente por uma infra-estrutura socio-económica. A subsequente renovação historiográfica, com destaque para as abordagens políticas e culturais, redimensionou a importância da imprensa, que passou a ser considerada como fonte documental (na medida em que expressa discursos e expressões de protagonistas) e também como agente histórico que intervém nos processos e episódios, ou seja, não apenas um mero “reflexo”. Dentro do recorte cronológico definido, tratámos então de trabalhar as relações entre os estudos históricos, no que à emigração diz respeito, e a imprensa.

Para que se possa analisar o papel da imprensa periódica, nesta época do chamado Portugal Liberal, é necessário entender que o seu uso foi não apenas para transmitir informação e conteúdo simbólico, mas principalmente para considerar que o seu uso, como meio de comunicação social que é, implicou a transformação das interações no mundo social e o surgimento de novas compaginações de práticas sociais. Necessariamente vamos ao encontro do que nos diz Thompson, quando afirma que:

¹ A epígrafe reflecte o pensamento de Hipólito da Costa, na primeira edição do *Correio Braziliense*, para muitos considerado o “patrono” da imprensa de expressão portuguesa.

“De um modo fundamental, o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de acção e interacção, e novas maneiras de exercer o poder, que deixou de estar apenas delimitado ao local comum”².

Mas de que tipo de poder se fala, quando falamos de meios de comunicação, neste período? De que forma estes meios exercem poder sobre os seus interlocutores? A teoria social (Thompson e outros) por via de regra distingue quatro tipos de poder – o económico, o político, o coercivo e o simbólico. Na discussão em causa, interessa-nos principalmente o poder simbólico, ou seja, aquele a que se refere a “capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as acções dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas”³. De entre as instituições sócio culturais que exercem um papel importante no exercício do poder simbólico sempre se destacaram as instituições religiosas, as educacionais e a partir dos primórdios de oitocentos as comunicacionais, ou seja, neste caso concreto, a imprensa. Todas tem um factor comum – à sua maneira, todas se “socorrem” de recursos de vária ordem no exercício do poder.

Diferentemente do que ocorre na interacção face a face, o intercâmbio simbólico por intermédio da comunicação permite um distanciamento espaço-temporal, um distanciamento da forma simbólica do seu contexto de produção e do seu deslocamento para um novo contexto, com novas configurações espaciais e temporais. Como observa ainda Thompson, nas sociedades modernas ocidentais, frequentemente compreendemos os acontecimentos do passado e mesmo do presente a partir de formas simbólicas mediadas, ou seja, quer por intermédio de meios e suportes clássicos como os livros, a imprensa, o cinema..., quer por outros suportes e discursos tecnologicamente mais actuais. Mas a apropriação das formas simbólicas não se regista apenas no contexto inicial da actividade de recepção. É possível que se estenda muito para além, pois as apropriações são elaboradas discursivamente e compartilhadas por indivíduos que não participaram do processo inicial. As mensagens são, portanto, transformadas num processo contínuo de repetição, reinterpretação, comentário e crítica, fornecendo, através desse processo de elaboração discursiva estruturas narrativas a partir das quais os sujeitos se posicionam diante do mundo em que vivem – e isto começou a ser vivido a partir de meados do século XIX.

Este despoletar, nesta época, de novas visões de apropriação das formas simbólicas produzidas pela imprensa é particularmente significativa no contexto da percepção do debate político e

² Ver, THOMPSON, John. B. *Os média e a modernidade: uma teoria social dos média*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1998, p. 14.

³ Idem, p. 24.

cultural da sociedade portuguesa da época. É certo que a situação não é assim tão clara e linear, quando, no século XIX, temos que ter em conta que estamos perante um país maioritariamente analfabeto, onde quase dois terços da população vivia fora dos grandes centros e, praticamente, excluídos de aceder a outras ofertas culturais. A relação estabelecida com a palavra impressa, no entanto, era frequentemente mediada pela oralidade. A leitura oral pública era uma prática comum, tanto entre os letrados quanto entre os analfabetos⁴.

Ainda neste registo, a imprensa periódica e os (outros) meios de comunicação, que entretanto “assomaram”, são frequentemente apontados como vectores que vieram a oferecer, ao mundo de oitocentos, os estímulos e suportes mais poderosos para os rearranjos da identidade e da memória e que irão proporcionar as transformações mais dramáticas nas relações espaço-temporais. Um autor como Giddens⁵, dá-nos vários exemplos dessas transformações, indicando, por exemplo, a expansão/união territorial dos Estados (independências das colónias na América e nacionalismos europeus, no século XIX) e a consolidação das instituições, que estão intimamente relacionados à mediação do texto impresso e consequentemente ao impacto da “gazeta” informativa. De forma contundente o autor afirma que “a modernidade é inseparável dos seus ‘próprios’ meios de comunicação”; aspecto que faz remontar aos primeiros textos impressos, passando pelo *boom* da imprensa periódica e, em seguida, para a “constância” do sinal electrónico⁶. Ainda em relação à modernidade, um outro autor – Huyssen⁷ –, observa que os discursos construídos pelos e nos meios de comunicação afiguram-se como os mais significativos dentre aqueles que constroem os lugares a partir dos quais nos posicionamos como indivíduos e a partir dos quais podemos intervir.

O processo de constituição do *self* e de outras configurações identitárias, tornou-se progressivamente mais reflexivo e aberto em sintonia com o desenvolvimento das sociedades modernas, na medida em que, para construir uma identidade coerente para si mesmos, os indivíduos começaram a depender cada vez mais dos próprios recursos. Concomitantemente, estes processos foram cada vez mais alimentados por formas simbólicas mediadas que expandiam as opções disponíveis, à medida que enfraqueciam a conexão com o local, pois iam permitindo o acesso crescente a um conhecimento não local. Contudo, é preciso considerar

⁴ Ver, CAEIRO, Domingos, “À Cata da Fortuna...”: A emigração portuguesa na imprensa periódica, nos princípios de novecentos in *Olhares Lusos e Brasileiros*, São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo/Usina do Livro.

⁵ Ver, GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002, p. 27.

⁶ Idem, p.29.

⁷ Ver, HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória – arquitectura, monumentos e média*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000, p. 18.

que a identidade, ou melhor, as configurações identitárias, não são produtos de sistemas simbólicos externos, nem entidades fixas. Pelo contrário, são projectos que o indivíduo constrói activamente com os materiais simbólicos a que tem acesso e com os quais vai tecendo uma narrativa coerente da própria identidade, que se vai modificando com o tempo, e à medida que novas experiências são vividas, gradualmente vai também redefinindo essa identidade.

Como alguém já o afirmou, um olhar, mesmo que breve, do século XIX não pode deixar de revelar a importância da imprensa periódica, verdadeiro arquivo de gentes, instituições, acontecimentos e utopias.

Obstinadamente, essa imprensa periódica, foi a grande disseminadora de informações, opiniões e ideias, não raras vezes praticando, publicamente, o debate e a divergência política, no contexto do liberalismo português. Todavia, não podemos afirmar que tenha instaurado uma verdadeira Opinião Pública – mas os contributos foram fortes.

Sabemos como algumas personalidades da época (destaques para José Estêvão, Herculano, Rodrigues Sampaio, Rebelo da Silva, Almeida Garrett, Gomes de Amorim, depois os componentes da Geração de Setenta) se tornaram criadores e expoentes do Reino da Opinião – instituição abstracta, sem fronteiras territoriais demarcadas, mas que se materializava em folhas de papel impresso e obtinha força política considerável nos “meios políticos e sociais” da época, procurando “brandir” os valores do liberalismo e implantar o espaço das modernas ideias⁸. A Opinião Pública é a Rainha do Mundo, afirmava-se com frequência desde a Revolução Francesa, no sentido de indicar uma nova fonte de legitimidade política que se diferenciava dos governos e apregoando-se como verdadeira expressão da Razão que deveria orientar a sociedade e os seus governantes. Outros iam além e atribuíam um carácter normativo ao Tribunal da Opinião, que expressaria a visão da maioria do povo, identificando portanto Opinião Pública à noção de soberania popular. E, como tal, não raras vezes, sobrepondo-se à representatividade no âmbito eleitoral. Redactores de jornais contrapunham-se a representantes eleitos pelo voto com autoridades legalmente constituídas, nesta disputa pela soberania da Razão.

⁸ Praticamente ao longo de todo o século XIX, jornalismo é desempenhado em paralelo com outras actividades, caso de escritores, comércio, banca, ensino, funcionalismo público. No entanto, a partir dos meados da segunda metade de oitocentos, e com uma evolução na imprensa portuguesa para uma fase de organização industrial (*Diário de Notícias* – 1864; *Primeiro de Janeiro* – 1868; *O Século* – 1880), o profissional do jornalismo e, sobretudo, o repórter (mais para os finais da centúria), passam a ser uma realidade.

Num quadro político em que as organizações eram muito incipientes, com ideários imprecisos e apenas se definindo com maior nitidez através das personalidades influentes, foram os jornais uma base importante da organização da vida política. Os jornais não se limitavam já a receber vagos ecos do espaço político mas a manter com ele um verdadeiro diálogo. Tal situação permitiu-lhes não apenas contribuir para formar correntes de opinião, como se disse, mas serem também expressão do desenvolvimento destas na sociedade.

Por exemplo, se quisermos falar do papel da imprensa nestes primeiros tempos do nosso liberalismo, isto é, do triunfo do Liberalismo ao começo da Regeneração, tem que se ter em conta que a maioria dos jornais tinha um carácter acentuadamente partidário, sendo lidos pela clientela dos clubes políticos donde mais tarde saíam os partidos propriamente ditos do período rotativista. Esses jornais, que eram em geral bastante violentos, agressivos – recordemos jornais belicosos como *A Vedeta da Liberdade* (Porto, 1835), a *Câmara Óptica com vistas modernas* (Lisboa, 1837), *O Espectro* (Lisboa, 1846), de António Rodrigues Sampaio (1806-1882⁹), este último publicado durante a Maria da Fonte –, constituíam o principal apoio dos políticos activos, uma vez que as agremiações políticas não estavam ainda formadas com estrutura suficiente para viabilizarem grupos de pressão susceptíveis de motivar ou influenciar a opinião pública de um país aliás bastante analfabeto.

Depois da vitória das forças liberais, 1834, a imprensa portuguesa registou um prodigioso surto de títulos: em 1835 surgiram 54 novas publicações, em 1836 eram 67 os novos títulos, e em 1837, 59 títulos novos. Em 1840 surgia um dos mais influentes – e duradouros – jornais da imprensa oitocentista portuguesa, *A Revolução de Setembro* (primeiro número em 22-VI-1840, ultimo em 23-11-1892), fundado por José Estêvão, Mendes Leite e Fonseca Silva e Castro: um mês depois da sua aparição, o jornal contava já com 1 000 assinantes, sendo lido em Portugal e em Espanha.

⁹ Também conhecido como “o Sampaio da Revolução”, por ter sido durante muitos anos o redactor principal da “Revolução de Setembro”.

Os nossos “redactores” do período liberal-romântico tinham aprendido o essencial do seu mester no exílio, trazendo depois para Portugal as tendências, as fórmulas e os modos da imprensa periódica que em Inglaterra e França se tinham habituado a ler. Em alguns periódicos, nomeadamente publicações como o *Panorama* (fundado por Herculano em 1837¹⁰), a *Revista Universal Lisbonense* (1841-1859), quer depois na *Ilustração Luso-Brazileira*, (fundada em 1856) o *Arquivo Pitoresco* (1857- 1868)¹¹, o *Occidente*¹² para além de outros periódicos desta natureza¹³, nota-se aliás, na senda da ampla tradição da literatura de viagens, uma certa conotação de descobrimento, a busca de conhecimento (e de apropriação) do outro, do diferente, da alteridade. Há uma ténue fronteira entre algum exotismo e o exacto, entre o idêntico e o comparável. Negociantes, emigrantes, cientistas, estadistas, intelectuais, todos eles são viajantes – ora, a viagem implica estar em contacto, em marcar e ser marcado. A viagem desloca o tempo histórico e desvela a pluralidade de tempos de uma época. Ainda mais para alguns destes viajantes que transpõem fronteiras em contacto com revoluções: com impressos proibidos ou desconhecidos, com palavras mobilizadoras, com recursos, com exemplos e lições. A esse estilo acrescentavam um sentido passional muito português, uma linguagem às vezes desbragada, uma herança que já vinha do Setembrismo, em folhas como *A Lança* (Lisboa) e *O Atleta* (Porto) ou a referida *Câmara Óptica* (continuada, em 1838, pela *Miscelânea Política*).

O que é certo é que ultrapassado o período conturbado da década de quarenta (Cabralismo)¹⁴, com o triunfo da Regeneração, o número de periódicos subiu então, imediatamente, para cerca de 39.

¹⁰ Teve três edições em épocas diferentes, sendo a última de 1866 a 1868, chegando a sua colecção a 18 vol.

¹¹ Editado por Castro, Irmão & C.^a, benemérita empresa (com capitais oriundos de portugueses emigrados no Brasil) que se esforçou para levantar a arte de gravura em madeira e que conseguiu, através de grandes dificuldades, publicar onze volumes daquele semanário que terminou em 1868.

¹² Fundado em 1.º de Janeiro de 1878 o *Occidente, Revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, tendo por fundadores Guilherme de Azevedo, Manuel de Macedo, Brito Rebelo e Caetano Alberto, que é também o principal investidor do projecto jornalístico, estendeu a sua publicação até 1915.

¹³ Citaremos entre outros, neste período: *Museu Ilustrado*, *Semana Ilustrada*, *Atheneu Artístico Litterario*, *Chronica Illustrada*, *Portugal Pitoresco*, *Renascença*, *Jornal do Domingo*, *A Arte*, *A Arte Portuguesa*, *Ilustração Universal*, *Ilustração Portuguesa*, *A Ilustração*, feita em Paris, *Ilustração de Portugal e Brasil*, feita em Barcelona, *Revista Ilustrada*, *Revista Moderna*, *Correio da Europa*, *Brazil-Portugal* e *Mala da Europa*.

¹⁴ A imprensa perde vitalidade e, em 1840, por exemplo, só surgem 8 novos jornais políticos. Datam desse período, as perseguições aos periódicos, assim como se legisla já no sentido de restringir a liberdade de imprensa, a começar em 1840 e a só terminar com a Regeneração.

Com a nova situação política voltava a florir a imprensa e entrava-se no período áureo do nosso jornalismo, que duraria até 1891¹⁵, quando o governo, na sequência da falhada tentativa revolucionária do Porto, legislou no sentido de perseguir os jornais adversos ao regime (29--III-1891)¹⁶.

Esta particular importância dos jornais para a nossa sociedade relaciona-se, também, com a sintonia que então passa a haver entre os novos ritmos sociais e a recente periodicidade da comunicação escrita¹⁷. O jornalismo português apresentou, sensivelmente a partir de meados da segunda metade de oitocentos, uma forte expansão e consolidação, nomeadamente com o aparecimento de vários jornais diários – *Diário de Notícias*, *Século*, *Primeiro de Janeiro*, *Comércio do Porto*, *A Nação*, *O País*, *O Dia*, etc. Este facto resulta de uma necessidade de adequação da comunicação escrita ao ritmo mais rápido dos acontecimentos da nossa sociedade. É tão forte a presença social destes jornais que, a um olhar mais desavisado, até poderia parecer que era deles que partia esse ritmo, quando, na verdade, são eles que se adequam ao ritmo próprio da sociedade, embora, não podendo tal adequação confundir-se com um papel meramente passivo e se deva reconhecer a aceleração que eles próprios imprimem¹⁸.

Uma outra característica da imprensa desta época e que difere da actualidade é a linguagem jornalística¹⁹. Se hoje a maioria dos jornais adopta o uso quase que restrito de vocabulário formal próprio para a escrita, a linguagem dos jornais daquela época tinha traços típicos da

¹⁵ Calcula-se que o país possuiria cerca de 200 títulos de imprensa periódica em 1880, número que rondaria os 400 em 1900, com tendência para chegar às seis centenas durante o período republicano. Quanto às tiragens, não existem também números exactos, mas as estimativas apontam para tiragens (nos jornais de Lisboa) à volta dos 40 a 50 mil exemplares, subindo para o triplo, em 1900. O que dava um bom rácio na cidade de Lisboa – um jornal por cada dois a três habitantes.

¹⁶ Para além dos artigos nos “regimentos” constitucionais [Constituições (1822 e 1838), Carta Constitucional (1826) e Acto Adicional (1852)], indicam-se outras datas com relevância para a imprensa periódica portuguesa. Temos: 1834 - Dezembro, 22: Aprovação da Lei da Liberdade de Imprensa.

1840 - Agosto, 14: Promulgação de um decreto que suspendia as garantias constitucionais durante um mês em todo o país, sendo criado um tribunal especial para julgamento dos implicados no movimento e suspendendo a publicação de todos os jornais, excepto os literários, o *Diário das Cortes* e o do *Governo*. Em 14 de Setembro a lei é prorrogada até 15 de Novembro.

1850 - Aprovada a 3 de Agosto e promulgada a 4 de Setembro - A nova lei da liberdade de imprensa, que ficou conhecida como a Lei das Rolhas.

1890 - Abril, 7: Nova Lei de Imprensa, conhecida pela «Nova Lei das rolhas», promovida pelo ministro da justiça da altura, Lopo Vaz.

¹⁷ Ver (RAFAEL, Gina Guedes e SANTOS, Manuela, 1998: 5).

¹⁸ Ver MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal: da monarquia para a república*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 600-606.

¹⁹ Não nos podemos esquecer que era uma imprensa muito mais de discussão do que de informação, embora informasse também.

oralidade: incontestavelmente, para a sociedade dessa época a imprensa era uma novidade, havia ainda o predomínio da transmissão oral. Desse modo, a própria imprensa incorporava essa condição, existindo vários jornais que eram escritos para serem declamados.

Ao longo do século XIX, a imprensa foi sofrendo alterações na medida em que se ia tornando menos artesanal e mais industrial. A imprensa que era mais um instrumento de acção política e cultural, torna-se aos poucos numa empresa e, conseqüentemente, aumenta e muito a sua preocupação com o lucro. Com isso, começou a ganhar espaço – já naqueles tempos – algo que é bastante característico da imprensa actual: o escândalo. O que também quer dizer que o debate político nem sempre ficava só no plano das ideias, mas resvalava, com frequência, para os ataques pessoais, para a calúnia e a difamação. E os melhores redactores eram aqueles que conseguiam ter uma linguagem mais ferina e mais contundente.

Tudo isto acontecia num país onde a estrutura da propriedade e a deficiente industrialização está na origem de um outro fenómeno cujo peso social não deixaria de afectar também a própria viabilidade de outras soluções alternativas de desenvolvimento: referimo-nos à emigração crescente para o Brasil. A condição do camponês, tanto do pequeno proprietário como do não proprietário ao longo deste período – e mesmo para além dele (em 1911, Afonso Costa diria que era a emigração que nos salvava ...) –, empurrava largas massas de trabalhadores a procurarem no estrangeiro, do lado de lá do mar, o emprego que as nossas inexistentes fábricas – onde está a oficina?, perguntara emblematicamente Oliveira Martins, depois de ter definido o país real como «uma granja e um banco», ou seja, a agricultura e a finança bancária – não lhes podia dar.

Desta forma, representando a imprensa, neste período, uma função crucial de ligação entre a tribuna e a rua, de informação e, em certos momentos, de “serventia”, afigurou-se-nos, não é de mais repeti-lo, que o tema da emigração portuguesa, no período atrás definido, teria feito parte de todo esse universo de notícias e, certamente, teria sido patenteado o fenómeno migratório, bem como a forma como este foi vivenciado e debatido em certos sectores sociais e políticos.

Tendo como destino dominante o Brasil, uma forte emigração percorreu Portugal a partir da segunda metade do século XIX. Tornado independente em 1822, o novo país americano atrai quantos se sentem apertados numa sociedade que com dificuldade se desenvolve, em que uma distribuição defeituosa da propriedade impede a realização de boa parte da força de trabalho disponível. Além-Atlântico novas oportunidades se afirmam sobretudo nas economias urbanas. A corrida vai ser inevitável, e poucos impedimentos se lhe deparam. Muitos vão,

todavia poucos vêm. E destes poucos só deixam sinais os que tiveram êxito, os que alcançaram um enriquecimento e o aplicaram nas terras onde finalmente se fixaram. Mas as suas marcas são decisivas. Paisagens e costumes se alteraram, novas práticas sociais e padrões de convívio se instalaram um pouco por todo o país. Que devemos assinalar? A emigração massiva, em particular para o Brasil, exerceu um impacto significativo na sociedade portuguesa, a possibilidade das camadas populares, sobretudo rurais, optarem por esta forma de mobilidade social numa escala até então impossível – *surpreendeu* e até *desagradou*. O desejo de mudança de estatuto social é mérito mal recebido inicialmente pelas elites dirigentes, o que contribuiu para a criação de uma imagem depreciativa do emigrante, de que o brasileiro é o seu paradigma.

Não obstante, a remessa cambial dos emigrantes constituir indispensável elemento para o precário equilíbrio das nossas finanças caseiras, tendo Herculano dito uma vez que nunca o Brasil nos rendeu tanto como desde que deixou de ser nosso. Já se observou, noutros estudos, que os emigrantes remetiam para Portugal tanto quanto os proprietários pagavam ao Estado português de contribuição predial, sendo aquela receita dos expatriados aquilo que afinal tornava possível equilibrar a nossa balança de pagamentos; a crise de 1891/92 resultou precisamente de ter faltado esta muleta clássica e indispensável da nossa débil vida económico-financeira, pois a quebra da remessa dos emigrantes arrastaria consigo o desequilíbrio do nosso orçamento.

Em 1892, num dos textos mais lúcidos sobre as raízes seculares e estruturais da crise portuguesa, o setentista Alberto Sampaio (1841-1908) observou: «Ontem como hoje, [Portugal] tem sido sempre uma sociedade de aventureiros. Emudecida sobre questões referentes ao bem da comunidade, só a interessam a emigração e as aventuras de além-mar. O que cada um deseja é que o deixem sair; lá fora, então, será um homem...». E concluía: «Por isso, quando aparecem estas situações de miséria e penúria, constantes na sua história, a população resigna-se e sofre tudo; ou emigra, acostuada, como está, à aventura [...]. Então a emigração é o único expediente [...]; silenciosa e resignadamente, cada um vai partindo, sem talvez uma palavra de amargura»²⁰.

O debate começa a ser objecto de preocupação desde os finais da década de 60, de oitocentos, tornando-se, sem sombra de dúvida, manifestamente mais visível nas décadas de 80/90 após os contributos de Oliveira Martins e é depois reprojectado com grande insistência nos anos subsequentes. Aliás, esta insistência deveu-se não só à alteração do regime – queda da Monarquia

²⁰ Artigo “Ontem e hoje” publicado no volume IV da *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queiroz, e retomada nos *Estudos históricos e económicos* de Alberto Sampaio, vol. I, Porto, 1923.

e implantação da República – mas, sobretudo, porque “a questão da emigração” se colocou em patamares quantitativos até aí nunca atingidos (e no cômputo global da emigração portuguesa só superados quantitativamente na segunda metade da década de sessenta de novecentos), postulando um grande debate, “publicitado” através de diferentes formas e personagens com notória visibilidade na imprensa periódica.

A discussão das causas que estavam a ser responsáveis pela partida de milhares de camponeses, em busca, além-mar, das condições de sobrevivência inexistentes em Portugal foi um dos temas mais abordados nos editoriais e artigos de primeira página dos jornais.

– Todos os articulistas e colaboradores que trataram do tema da emigração, na imprensa, foram unânimes em colocar a “miséria do campo” como condição principal do fenómeno migratório. Os jornais apresentaram-nos essa “imagem do quotidiano” e, conforme puderam, valeram-se para isso dos dotes literários, dos seus cronistas e dos seus colaboradores. Cremos que a imprensa tentou mostrar como pode o retrato das condições de vida daqueles que buscaram na emigração uma alternativa para tentar melhorar as suas condições de vida.

– Como escreviam muitos articulistas, para justificarem os seus pontos de vista contra ou favor da emigração, numa linha darwiniana, as migrações dos povos fazia parte da história da espécie humana, daí que a luta pela sobrevivência actuasse sempre como factor responsável pelo êxodo de populações. Alguns, tal como Pêro Vaz de Caminha o tinha deixado escrito, maravilhados com o fantástico universo americano, aludiam àquele hiperbólico mundo referindo, segundo a dimensão da sua fantasia, a existência naquelas terras da famosa “árvore das patacas”, deixando bem claro que não tinham sido poucos os que lá foram à procura dos seus frutos. Era a exploração do sonho, a venda do bilhete premiado, que no caso era o Brasil para a grande massa de camponeses, que não era por acaso que sonhavam com a terra da fortuna ou da promessa.

– A forma como a propaganda chegava à população alvo e a denúncia dos métodos possíveis de persuasão, são assuntos que os jornais não deixaram passar. Surgiram sempre várias críticas contra a forma como as populações estavam a ser “encorajadas” a emigrar, atraídas pelas mais variadas e falsas ilusões. Os jornais, praticamente, nunca poupavam severas críticas aos agenciadores ou engajadores de emigrantes. Sempre mal vistos, por todas as correntes políticas, através dos seus órgãos de imprensa, a sua acção foi interpretada como uma das mais vis profissões; as críticas aos seus actos são sempre implacáveis.

– Contudo, além dos “agentes” de emigração, que nas praças e feiras alardeavam as maravilhas do Brasil ou de outra paragens do continente americano, também alguns jornais o faziam, quer através da publicação de notícias sobre as visitas de particulares (leia-se emigrantes no Brasil) às suas localidades ou de benfeitorias por si mandadas fazer, quer por correspondentes seus nas principais cidades brasileiras. Se a propaganda dos “agentes” era fantasiosa, fruto da sua imaginação e às vezes do desconhecimento que tinham das terras brasileiras, o mesmo não podia ser afirmado quando começaram a chegar aos jornais as crónicas de colaboradores ou jornalistas que de propósito eram enviados ao Brasil. Este expediente ganhou espaço na imprensa periódica portuguesa, em jornais como o *Século*, o *Diário de Notícias*, posteriormente, a *Capital*, o *República* o *Novidades*. Embora o teor dos textos não exaltasse exageradamente as terras brasileiras, todos eles procuravam revelar as melhores condições sociais e económicas dos que tinham um dia partido em busca da fortuna, no entanto em muitas situações não foi possível esconder as vicissitudes a que estavam sujeitos.

– Funcionou, paralelamente, uma contrapropaganda, isto é, os jornais reproduziram quase sempre nas suas páginas um número bastante significativo de artigos, crónicas e até entrevistas com emigrantes, que emitiram pesadas críticas, denúncias e lamentações sobre a sua situação, bem como das condições pouco abonatórias das terras brasileiras. Estes “conteúdos” foram publicados por quase todos os jornais que tivemos oportunidade de trabalhar. Sente-se, com toda a clareza, que os objectivos eram tanto, o de atacar os governos, como os responsáveis pelas condições a que expunham os cidadãos, como, ainda, o de forçar uma tomada de medidas que visassem, não um freio à emigração, mas a tutela e organização do fenómeno social da emigração em massa.

Que relações de poder permeavam este universo de opiniões, que não eram condição suficiente para impedir o êxodo de milhares de indivíduos anualmente?

Parte da resposta encontra-se nas posturas e nos discursos dos órgãos de imprensa, onde é possível captar os interesses que geriam e conduziam a emigração, fazendo-a passar de fenómeno a acto corriqueiro, de um tecido social que parecia a ela estar predestinado. Através das matérias jornalísticas, explorou-se o tema, de acordo com os interesses que cada facção política ou ideológica tinha no fenómeno em si, e nos dividendo políticos, a serem usufruídos a curto, médio e longo prazos. As notícias, os dados estatísticos, as crónicas de correspondentes, foram utilizadas pela elite intelectual e política, que de todos estes elementos se serviu para politicamente tentar impor as suas ideias.

No entanto, a emigração era apresentada e discutida como uma calamidade e todas as tendências da imprensa – republicana ou monárquica, liberal ou conservadora, operária ou socialista, radical ou anarquista – se aproveitaram do fenómeno emigratório para dele tirarem o máximo proveito de acordo com os seus interesses políticos. Na verdade, dependia da situação política – em alguma imprensa, o tema da emigração, durante alguns períodos quase desaparecia das colunas dos jornais, para de repente fazer a sua aparição ainda de forma mais veemente, acendendo novamente a chama da discussão, embora reafirmando ideias e propostas já esbatidas quer a favor quer contra a emigração. A análise da imprensa das mais variadas tendências mostrou que o uso temático da emigração geralmente atendia a objectivos políticos.

A imensa mole dos que emigravam eram quase sempre vistos, na grande maioria da imprensa, como indivíduos socialmente inferiores, “ignorantes”, “pobres” ou “miseráveis camponeses crédulos e analfabetos”, longe de serem atendidos para atenuarem as suas insuficientes condições socioeconómicas por parte das autoridades e instituições governamentais ou de merecerem alguma atenção dos representantes dos vários partidos (a não ser se politicamente desse jeito em falar na imprensa sobre o assunto), continuavam a engrossar as fileiras em direcção ao outro lado do Atlântico. Não foi por falta de discussão pública ou pela ausência de argumentação e contra-argumentação, desencadeando por vezes um rol de denúncias ou, então, dando lugar a propostas e a soluções que se podem entender como medidas mais miraculosas do que racionais e objectivas, para fazer face ao crescendo da emigração – o debate compaginava-se como se existissem duas dimensões para um mesmo problema:

- . uma laudatória, exagerada, às vezes idealista, perdida em infundáveis acusações e insinuações;
- . a outra, fomentadora de todas as discussões e propostas, não chegava a consubstanciar resultados politicamente concretos nem soluções economicamente viáveis, quer para atenuar o contínuo fluxo emigratório, quer para um melhor enquadramento legislativo do mesmo.

A falta de medidas práticas para atender as dificuldades e carências mais emergentes da população do mundo rural português continuou insolúvel. É certo que o debate sobre o tema também nunca abrandou e toda a imprensa, independentemente do seu alinhamento ideológico, ousou discutir e propor soluções para o problema. Este aspecto começa a ser mais visível a partir do último quartel de oitocentos, acentuando-se nos primeiros anos de novecentos. Porém, as populações camponesas continuavam a emigrar, os agentes de emigração e engajadores continuavam a promover os seus interesses, as companhias de navegação continuavam a aumentar os respectivos proventos e o Estado lucrava tanto com as saídas (aumentando as receitas fiscais com os trâmites burocráticos para emigrar) como com as remessas que bastante

jeito davam a um orçamento sempre ávido desse dinheiro. Provavelmente, conclui-se que a ninguém interessava que o fluxo emigratório cessasse, pois ele tornara-se uma rotina rentável aos vários interesses económicos e políticos interessados nos negócios da emigração; as várias crises económicas e, sobretudo, financeiras do Estado Liberal foram disso o exemplo. No fundo, a imprensa fazia o seu papel, segundo a orientação e os interesses políticos que representava, criticando, enaltecendo e promovendo, ou mesmo abstendo-se.

Com efeito, se tivermos em atenção, o “debate” que teve lugar sobre a emigração portuguesa através da imprensa da época²¹ encontramos (com ligeiras variações) a persistência das mesmas ideias e dos mesmos projectos sobre a emigração, desde os primeiros textos de Herculano, seguidos dos resultados inconclusivos dos Inquéritos Parlamentares, novamente Herculano e Morais Soares, depois Oliveira Martins, etc., até à grande proliferação de notícias, opiniões, editoriais e publicações que vamos encontrar na imprensa periódica, no final da primeira década e inícios da segunda do século XX.

Num espaço de 70 a 80 anos, como foi possível que as mesmas ideias e projectos em nada se alterassem? Cristalizaram-se e permaneceram, da mesma forma, nos discursos e nos debates produzidos sobre a emigração que atravessaram a sociedade portuguesa. Estas questões persistem com as mesmas soluções, como se também nada tivesse mudado, ao longo desses anos, na sociedade portuguesa, quer ao nível político, quer ao nível social e económico. Quando se passou de uma emigração anual que rondava, até aos meados da década de oitenta, as 5 a 10 mil saídas, e daí em diante, para as 30 a 40 mil, quando as causas, como tivemos ocasião de analisar noutro estudo²², se foram alterando, da mesma forma, naturalmente, também as consequências se modificaram. Deste modo, encontramos, em particular na imprensa, ao nível dos temas abordados um debate que se enreda, invariavelmente, ao longo do tempo, nos mesmos pressupostos, a saber:

- . as contradições entre a densidade da população, a falta de braços e a emigração;
- . a relação entre a perda de população e o orgulho nacional;
- . a diferenciação entre emigração familiar e definitiva (considerada negativa) e emigração individual e temporária (considerada positiva);

²¹ Ver ALONSO, Blanca Sánchez, *Las causas de la emigración española (1880-1930)*, Madrid, Alianza Editorial, 1995. A autora, através deste excelente estudo que realizou sobre a emigração espanhola, refere, basicamente, os mesmos aspectos para a sociedade espanhola.

²² “À Cata da Fortuna...”: A emigração portuguesa na imprensa periódica, nos princípios de novecentos in *Olhares Lusos e Brasileiros*, São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo/Usina do Livro.

- . a discussão entre colonização (África) e emigração (Brasil);
- . e, ainda, a relação (recorrente), num país dito e assumido como “essencialmente agrícola”, entre: os incultos, a colonização interna e a emigração.

Encontramos, também, a outro nível, em quase todos os textos que referem e analisam o fenómeno emigratório as mesmas categorias mentais decimnemónicas e explicações essencialmente moralistas. Pelo meio, esporadicamente, aparecem algumas “vozes” mais atentas e críticas às características das redes organizadas, à complexa trama de interesses económicos e sociais. Estas vozes denunciavam a inércia do Estado e das respectivas autoridades que acabavam, não só por condicionar o destino da emigração, bem como, inclusivamente, o processo a montante e a jusante na viagem dos emigrantes.

No entanto - e não obstante a existência de algumas obras coevas de cariz publicista sobre a emigração portuguesa -, perante tão grande êxodo, cabe questionarmo-nos porque não existiu neste período (década de 80 e 90), em Portugal, uma maior produção de trabalhos sobre a emigração, nomeadamente, através de estudos e de ensaios académicos²³? Na verdade, são os jornais e os meios políticos da época - bem como, organizações ligadas aos meios operários²⁴ - que são os porta estandartes desta discussão; comparável aos debates que existiram noutros países europeus, nomeadamente, em Itália e Espanha²⁵.

Curiosamente, merecendo a mesma atenção e actualidade, este debate sobre a emigração, coincidiu cronologicamente com outros grandes temas de debate que fervilhavam na sociedade portuguesa, em pleno início do regime republicano, a saber: a reconstrução nacional, a educação/analfabetismo, a questão agrária, a questão religiosa, os equilíbrios orçamentais, a sociedade e instituições sociais, entre outros. Estes aspectos geralmente estavam associados ao descalabro das governações monárquicas e, em especial, a uma certa consciência que perpassava a sociedade portuguesa (fortemente plasmada pela propaganda republicana), no

²³ Excepção para Oliveira Martins e Frederico Laranjo. Assinale-se que para além destas obras, houve mais algumas que, no entanto, não adiantaram muito mais ao que se andava a discutir nos jornais. Excepção, posteriormente, para os trabalhos de maior monta da autoria de Afonso Costa (1911), de Lobo de Ávila Lima (1912), de Ezequiel de Campos, de Moreira Teles (1913) e de Luís Schwalbach Lucci (1914)].

²⁴ Veja-se as conclusões do 2.º Congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado em Évora, em Abril de 1912; também, o Centro Socialista de Lisboa, fez publicar no semanário *Voz do Operário*, na edição de 8/11/1912, uma moção da direcção sobre a emigração; do mesmo modo, a Federação Operária de Lisboa, discutiu e aprovou, em reunião realizada em Agosto de 1913, um Relatório apresentado pelos delegados da Associação de Classe dos Operários Provisórios dos Fósforos; ou, ainda, as teses do Congresso Regional do Norte do Partido Socialista, que teve lugar nos meados de Agosto de 1914, em Braga.

²⁵ Idem, ALONSO, Blanca Sánchez, (1995).

sentido de uma certa ideia de decadência que tinha marcado o último quartel de oitocentos. Além do mais, acentuada com o problema colonial que tinha levado ao *Ultimatum* de 1890²⁶. Esta ideia de decadência, talvez explique a pouca variabilidade/continuidade do pensamento em torno da emigração e, em concreto, a consideração essencialmente negativa do fenómeno.

Indubitavelmente, a emigração, era assim considerada como mais um sinal de decadência do país, o que revelava uma apatia e uma anemia de um Povo e de uma Nação, incapaz de produzir e oferecer os meios de subsistência aos seus habitantes, igualmente como havia sido incapaz de conservar os seus “direitos históricos” ou melhor, as suas pretensões coloniais.

Depois do famoso *Projecto de Lei de Fomento Rural* apresentado por Oliveira Martins ao Parlamento, em Abril de 1887²⁷, projecto ao qual a classe política não pareceu prestar muita importância, na última década do século XIX e nas primeiras duas do XX, assiste-se ao aparecimento de alguns estudos, ensaios e inquéritos sobre a questão agrária e sobre o problema da emigração. No entanto, apesar de algumas nuances, no essencial, estas obras não se afastavam muito da ideia estruturante da crise e da decadência. Trata-se de um período conhecido na história portuguesa como a época da “crise finisecular” e a coincidência com este momento assaz crítico do pensamento nacional, teve importantes consequências na forma como a emigração portuguesa foi considerada nos anos subsequentes.

No fundo, este era o debate sobre um acontecimento demográfico, nalguns casos enquadrado numa perspectiva mais abrangente com contornos de ser percepcionado como fenómeno social, todavia, para o historiador, constata-se que é um bom indicador, do ponto de vista histórico, capaz de exprimir os bloqueamentos ou as transformações de uma sociedade, onde a emigração é ainda uma grande página da História social, que continua a colocar mais questões do que aquelas que foram respondidas.

²⁶ «O Ultimato tomou a dimensão de “catástrofe nacional”, com que foi efectivamente vivido por uma parte da sociedade portuguesa (...). A 11 de Janeiro de 1890 rebenta, pois, o Ultimato, um episódio sobre o qual se procuraria em vão a menor referência nos manuais de história inglesa, mas que tomou em Portugal, como é sabido de todos quanto entoam ainda hoje “Levantai hoje de novo o esplendor de Portugal!”, ares de cataclismo nacional e ao qual muitos autores fazem remontar “o princípio do fim” da dinastia bragantina»; ver em CABRAL, Manuel Villaverde (1979: 45 a 50).

²⁷ Como se sabe, o texto completo pode ser lido em *Fomento Rural e Emigração* publicado pela editora Guimarães, de Lisboa, em 1956, com uma 3.ª edição de 1994. Tal como Villaverde Cabral, pensamos que este projecto é tanto mais importante quanto fixou, por assim dizer, a problemática agrária portuguesa por umas longas décadas. Foi uma constante no pensamento agrário português. Ver CABRAL, Manuel Villaverde (1974), *Materiais para a história da questão agrária em Portugal - séc. XIX e XX*, Porto, Editorial Inova.

Bibliografia

- ALONSO, Blanca Sánchez, *Las causas de la emigración española (1880-1930)*, Madrid, Alianza Editorial, 1995.
- ALVES, Jorge Fernandes, (coord.), *Os "Brasileiros" da Emigração*, Famalicão, Câmara Municipal de Famalicão, 1999.
- CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, Regra do Jogo, 1979.
- CAEIRO, Domingos, «"À Cata da Fortuna...": A emigração portuguesa na imprensa periódica, nos princípios de novecentos» in *Olhares Lusos e Brasileiros*, São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo/Usina do Livro.
- GIDDENS, Anthony, *Modernidade e identidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002, p. 27.
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória – arquitectura, monumentos e média*, Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.
- Legislação relativa à liberdade da imprensa periodica: decreto de 29 de Março e Lei de 7 de Agosto de 1890*, Nova Goa: Imp. Nacional, 1895.
- FERREIRA, João Pedro Rosa, *O jornalismo na emigração. Ideologia e política no Correio Braziliense, 1808-1822*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1988, pp. 57-67.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal: da monarquia para a república*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- MIRANDA, Paula, *As origens da imprensa de massa em Portugal: o Diário de Notícias (1864-1889)* Évora, Universidade de Évora, 2002. [Texto policopiado].
- RAFAEL, Gina Guedes e SANTOS, Manuela (org.), *Catálogo de Jornais e Revistas Portuguesas do Século XIX*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998.
- SAMPAIO, Fernanda Maria Pereira de, *Correntes de pensamento na imprensa portuguesa (1800-1807)*, Porto, [s.n.], 1996. [Texto policopiado].
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, 4.^a ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUSA, Fernando, *Jornal de Notícias: a Memória de um Século (1888-1988)*, Porto Emp. Jornal de Notícias, 1988.

- SOUSA, J. M. Mota, VELOSO, Lúcia M. M., *História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios para uma Bibliografia*, Coimbra, 1987.
- TENGARRINHA, José, *História Periódica da Imprensa Portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa, Ed. Caminho, 1989.
- TERENAS, Gabriela Ferreira, *Diganoses Especulares : Imagens da Grã-Bretanha na imprensa periódica portuguesa (1865-1890)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2004.
- THOMPSON, John B., *Os média e a modernidade: uma teoria social dos média*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1998.
- TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço, *O Liberalismo (1807-1890)*, vol. V da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.